



Anais da Assembléia

N.º 87

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 02 DE AGOSTO DE 1977.

ANO III

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 128ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 02 DE AGOSTO DE 1977.

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Jurandir Messias, secretariada pelos Senhores Deputados Adalberto Daros e Gilberto Carvalho.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domicio Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto de Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Squarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (52); achando-se ausentes os Senhores Deputados José Domingos Scarpelini e Alfredo Gulin (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO:

- O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.
- O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.
- O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

OFÍCIOS:

Sob o no. 88/77, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver sido SANCIONADO o Projeto de Lei no.:

18/77 Do Senhor Deputado LUIZ ROBERTO SOARES, que autoriza o Poder Executivo alinear área de terras que especifica, o qual convertido em Lei tomou o número 6.882. — **Agradeça-se.**

Sob o no. 0094/77, do Sr. Adelino Mangini, Presidente da Câmara Municipal de Dionísio Cerqueira, encaminhando requerimento do Vereador Gaspar Fidelis de Almeida, aprovado por aquela Câmara em sessão realizada no dia 17 de junho do corrente ano, solicitando interferência, para que seja construída a BR-373, trecho Marmeleiro-Barracão. — **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o no. 004/77 do Sr. Vereador Dorvalino Mincato, Presidente da Câmara Municipal de Caxias do Sul, encaminhando, por cópia, Indicação no. 189/77, de autoria do Vereador Evilázio Machado dos Reis, da Bancada da Aliança Renovadora Nacional, na qual visa a manutenção do equilíbrio ecológico do País. — **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o no. 177/77 do Sr. Fernando Alves Lima, Presidente da Câmara Municipal de Ipançu, nos seguintes termos: Em atenção às inúmeras denúncias recebidas das autoridades municipais, das diversas cidades vizinhas da média Sorocabana, em relação ao Rio Paranapanema que está sendo ameaçada de "Poluição Geral" com a instalação prevista de uma Fábrica de Papel e Celulose em suas margens, houve por bem os senhores

vereadores aprovarem requerimento, de autoria do nobre Vereador José Guidugli solicitando providências para as necessárias investigações, a fim de possível impedimento da instalação daquela indústria às margens do Rio Paranapanema. —

Ao conhecimento da Casa.

Sob o no. 420/77, do Sr. Engenheiro Aldo Matachana Thomé, Prefeito Municipal de Ourinhos, solicitando providências que se fizerem necessárias, no sentido de se evitar qualquer poluição, que esteja ou possa vir atingir o ameaçar o Rio Paranapanema. — **Ao conhecimento da Casa.**

Do Senhor Rubens de Moura Rezende, Presidente da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná, comunicando que, não obstante as inúmeras ponderações, o Conselho Universitário da Universidade Estadual de Maringá, criou um curso de Engenharia Agrônômica. Considerando que a criação do citado curso fere a determinação do Ministério de Educação, solicito o apoio de Vossas Excelências, no sentido de interferir junto aos Exmos. Srs. Secretários da Educação e da Cultura, Governador do Estado e o Ministério da Educação e da Cultura, objetivando sustar a instalação do mencionado curso. — **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o no. 527/77, do Senhor Dr. Antonio Godinho Machado, Secretário de Saúde e Bem Estar Social, encaminhando relatório de serviços prestados através daquela Secretaria, durante o mês de junho do ano em curso. — **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o no. 52/77 do Senhor José Albuquerque de Mello, Presidente da Câmara Municipal de Santa Cruz do Monte Castelo, no qual encaminha reivindicação do Vereador Milton Moreira de Lima, que solicita o envio de expediente ao Exmo. Sr. Secretário dos transportes, no sentido que se proceda estudos visando a construção de uma ponte sobre o Rio Ivaí, no trecho que divide os Municípios de Santa Cruz de Monte Castelo e Umuarama. — **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o no. 416/77, do Sr. Dorvalino Mincato, Presidente da Câmara Municipal de Caxias do Sul, encaminhando cópia da Indicação no. 260/77, de autoria do Vereador José Ivo Sartori, da Bancada do Movimento Democrático Brasileiro, aprovada em sessão ordinária realizada em 27 de junho do ano em curso, no qual encaminha pedido da revisão da proposta de criação do IAMPS. — **Ao conhecimento da Casa.**

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, ouvido o Plenário, seja consignado em ata dos trabalhos de hoje, votos de profundo pesar pelo falecimento do Senhor JACOB ALLEGRETTI, ocorrido no dia 22 de julho pp. em Maringá, onde residia desde a fundação da cidade, que com bravura e destemor, juntamente com seus filhos, ajudou a construir uma nova civilização que orgulha o Paraná e o Brasil. Seus filhos, figuras proeminentes da sociedade maringense, continuam a honrar Maringá.

Requer ainda, seja dado conhecimento do presente à família enlutada, à rua Padre Marcelino Champagnat, 300 - Maringá.

Sala das Sessões, em 02 de agosto de 1977.

(a) ANTÔNIO FACCI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, requer, na forma regimental, a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento, em julho pretérito, do Senhor ARTHUR REINERT DOS SANTOS, tronco de tradicional família catarinense, que estava radicado em Curitiba há vários anos, participando intensamente da vida paranaense.

Pede-se que a decisão do Plenário seja comunicada à Sra. Juventina S. Reinert, viúva do pranteado cidadão, bem como à Sra. Ayned Reinert Tizzot, uma de suas filhas que é servidora deste Poder.

Sala das Sessões, em 02 de agosto de 1977.

(a) ACCIOLY NETO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, requer que esta Presidência, com a devida aprovação do Plenário, consigne na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor ALFREDO GOMES, ocorrido em Ponta Grossa, no dia 30 de julho do corrente ano.

O extinto era membro de tradicional família pontagrossense, e o seu passamento causou grande consternação em nossa comunidade.

Requer, igualmente, que deste ato seja dado conhecimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 02 de agosto de 1977.

(a) DAVID FEDERMANN

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, regimentalmente, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de regozijo pela eleição no dia 15 de julho p. passado, em Brasília, do jornalista AYRTON LUIZ BAPTISTA, à Presidência da Federação Nacional dos Jornalistas.

O fato reveste-se de grande significação, principalmente por tratar-se de, pela primeira vez, um paranaense ocupar cargo tão relevante no órgão que congrega todos os jornalistas de nosso País.

Outrossim, aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa ao homenageado, cumprimentando-o pela expressiva eleição.

Sala das Sessões, em 02 de agosto de 1977.

(a) MAURÍCIO FRUET

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer Regime de Urgência para a tramitação do Projeto de Lei no. 66/77, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, de Bela Vista do Paraíso.

Sala das Sessões, em 02 de agosto de 1977.

(a) ROSÁRIO PITELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, com base no Regimento Interno, após ouvido o Plenário, mui respeitosamente requer, seja enviado ofício por esta Casa, ao Exmo. Sr. Secretário de Educação e Cultura, citando determinações de S. Exa., no sentido de que seja criada uma Inspeção Auxiliar de Ensino, na sede do Município de Céu Azul, para o que justifica ser de extrema utilidade ao referido município.

Sala das Sessões, em 02 de agosto de 1977.

(a) EGON PUDELL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na última semana, um trágico acidente consternou a nossa sociedade, quando nele perdeu a vida o Sr. BRUNO JOÃO DA SILVA.

Um amplo círculo de amigos, conquistados pela sua lealdade, pela sua generosidade, pelo respeito e pela admiração que granjeou, pranteiam esse concidadão que, ainda jovem, soube transformar cada momento de sua existência em atitudes de decência, de honra e de solidariedade.

Profissional bem sucedido, a par de sedimentar o seu trabalho na seriedade e na dignidade, fez dele oportunidade para, nas suas possibilidades, corrigir distorções e minimizar injustiça na área social.

Sequioso de saber, buscador de cultura — ao lado do afã próprio de aprimorar a mente e a intelectualidade, retomou os estudos e preparava-se para, ainda este ano, bacharelar-se em Direito.

Coração amoroso, impregnado por nobres sentimentos de fraternidade, dilatou sua ação para o campo comunitário, onde foi sempre um sementeiro de paz e de harmonia, um obreiro da promoção humana.

A essas virtudes aliava um talento e uma inteligência, brilhantes e fecundos, o que levou, imbuído pelo respeito à Justiça e pelo amor à Liberdade, e consciente de que mais deveria contribuir — a militar na política. Ingressou nas fileiras do Movimento Democrático Brasileiro, figurando ao lado dos fundadores do Diretório Metropolitano. Serviu às idéias e aos programas do seu Partido, com devoção e com uma brava atuação. Convidado a disputar eleições, somente agora, convocado em 76 disputou uma Cadeira à Câmara Municipal de Curitiba. Sôbrio, decente, modesto, ultrapassou o embate eleitoral sem deslizes e sem desinteligência, obtendo mais que o resultado numérico, a gratidão e o respeito unânimes de quantos participaram, direta ou indiretamente, do pleito. Foi, ao final, detentor de uma expressiva e volumosa votação, que o colocou como um dos primeiros suplentes de sua agremiação.

Esse moço, com esses caracteres a aureolar-lhe a figura humana, amigo, companheiro, chefe de família responsável e operoso, pai extremo, deixou nosso convívio, sob o pranto de todos, deixando uma lição de vida que ficará, por certo, marcada indelevelmente em quantos o conheceram, ao lado de uma perene e respeitosa saudade.

Sendo assim, e entendendo que esta Casa não ficou e nem está alheia a estes fatos, o Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, requer com a audiência do Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos desta sessão, voto de profundo e sentido pesar pelo falecimento do Senhor Bruno João da Silva.

Outrossim, requer mais que, por inteiro teor deste expediente, se dê ciência da decisão da Casa, à sua digníssima família, à Direção da Faculdade de Direito de Curitiba e ao seu Diretório Acadêmico, ao Sindicato dos Corretores de Imóveis, e ao Diretório Municipal do MDB de Curitiba.

Sala das Sessões, em 02 de agosto de 1977,

(a) ENÉAS FARIA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja designada uma Comissão composta de dois (02) Deputados, indicados pelas Lideranças da Arena e MDB, para representar o Paraná na posse do Major Brigadeiro DÉLIO JARDIM DE MATOS, como Ministro do Superior Tribunal Militar em Brasília, no próximo dia 12-08-77.

Sala das Sessões, em 02 de agosto de 1977.

(a) ERNESTO GNOATO

JUSTIFICATIVA:

Dizer do perfil de cidadão e militar do major brigadeiro Délio Jardim de Mattos, é tarefa que se confunde com a sua postura de homem devotado aos superiores interesses da nação, do cidadão que invariavelmente encontrou, em seu caminho, a marca da admiração dos que tiveram a honra de conhecê-lo e aperceber-se da retidão de seu caráter, do amor à disciplina e à justiça que sempre foram o apanágio do seu comportamento.

Entre nós comandou, com exemplar autoridade e sobrançeria, a Escola de Oficiais Especialistas de Infantaria de Guarda, grangeando, quer entre seus companheiros de farda, quer entre autoridades e povo, um vasto círculo de respeito e admiração. Ninguém duvidou em tempo algum, estar frente a um valor que a República haveria de conduzir aos mais altos e honrosos postos.

E agora, quando Sua Senhoria é conduzido, mercê do reconhecimento de seus méritos, ao Supremo Tribunal Militar, indubitavelmente se impõe que sejamos intérpretes da emoção e alegria que se apodera dos representantes deste Poder, ao qual sempre esteve ligado por laços imperecíveis de amizade sincera e sensívelizadora.

Dê-se pois, ao ilustre militar, ciência desta singela homenagem que encontra sua grandeza na espontaneidade de sua adoção.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Liderança do MDB, no cumprimento de dispositivos regimentais, indica os Senhores Deputados:

1. NILSO SGUAREZI

2. WALDENÍCIO BARBALHO,

para comporem a Comissão Especial de Emenda à Constituição, que tange ao Tribunal de Contas do Estado.

Sala das Sessões, em 02 de agosto de 1977

(a) TRAJANO BASTOS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Liderança do MDB, no cumprimento de dispositivos regimentais, indica os Senhores Deputados:

1. ENÉAS FARIA

2. FIDELCINO TOLENTINO,

para comporem a Comissão Especial de Emenda à Constituição no que tange à idade do Governador do Estado, de 35 para 30 anos.

Sala das Sessões, em 02 de agosto de 1977.

(a) TRAJANO BASTOS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Liderança do MDB, no cumprimento de dispositivos regimentais, indica os Senhores Deputados:

1. JOSÉ MUGGIATI FILHO

2. DENI SCHWARTZ,

para comporem a Comissão Especial de Emenda à Constituição, no que tange condições de elegibilidade a Prefeito Municipal.

Sala das Sessões, em 02 de agosto de 1977.

(a) TRAJANO BASTOS

EMENDA:

EMENDA À CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

O artigo 76 da Constituição do Estado do Paraná, passará a ter a seguinte redação:

Art. 76. O tempo de serviço público federal, estadual ou municipal, bem como os prestados às autarquias, empresas públicas, companhias de capital misto, empresas do setor privado e ao magistério particular, será integralmente computado para os efeitos de

aposentadoria e disponibilidade.

Sala das Sessões, em 02 de agosto de 1977.

(a) LINEU TURRA

APOIAMENTOS: Luiz Roberto Soares, Renato Bernardi, Gabriel Sampaio, Edilson Alencar, Trajano Bastos, Erondy Silvério, Accioly Neto, Enéas Faria, Lúcio Machado, Domício Scaramella, Hélio Manfrinato, Fidelcino Tolentino, Egon Pudell, Luiz Aiberto Oliveira, Nilso Sguarezi, Nelson Buffara, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Jorge Sato, Muggiati Filho, Rosário Pitelli e Adalberto Daros.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda visa corrigir uma distorção social, decorrente da injustiça de que padecem funcionários públicos que prestaram serviços no setor privado que são excluídos do seu patrimônio laboral quando na função pública estadual.

De outra parte, dá ao Estado a oportunidade de proceder a uma depuração nos seus quadros que hoje contam com funcionários que o tempo lhe reduziu a capacidade de rendimento e mesmo assim terão de continuar no trabalho para não perder os anos de serviço público.

Apesar de que, à primeira vista, se possa pensar em que tal providência venha trazer encargos aos cofres do Estado, há que se atentar para as compensações do rendimento que a renovação representa.

É de se acentuar que a União já estabeleceu o critério da reciprocidade, e também outros Estados da Federação, como exemplo, recentemente, o Estado de São Paulo, através a Emenda Constitucional que tomou o número 29/77, aprovada, por unanimidade.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Num País como o Brasil, que tem uma dimensão territorial do tamanho da América Latina praticamente, não é difícil de se compreender as distorções existentes na política econômica do governo, principalmente aquela que trata diretamente dos interesses populares.

Segundo a imprensa noticiou, entrou em vigor, na data de ontem, o aumento do pão francês, sugerido pela CIP., que é uma sigla para confundir o consumidor, e aprovado pelo Ministro da Fazenda.

Embora tenha sido anunciada a proibição da venda a preços superiores ao da tabela de pães de qualquer formato, bem como a fabricação de pães com pesos diferentes daqueles contidos nas tabelas, essas normas não têm sido aplicadas no Paraná e principalmente aqui nesta Capital, onde o consumidor é a vítima direta e que não tem uma única proteção por parte dos poderes constituídos.

Ocorre que os panificadores entendem que o tabelamento foi elaborado apenas para o chamado "pão francês", que deveria ser encontrado nas panificadoras ao preço de trinta centavos, antes da concessão do aumento e não se aplica ao nosso "pão d'água".

É um juízo muito peculiar àqueles que assacam a economia popular.

Aqui verificamos dois graves erros: o primeiro, que é inconcebível, é aquele que tenta diferenciar o "pão d'água" do "pão francês", sendo que este último raramente é encontrado à venda nas panificadoras. O segundo é a não obediência à determinação de que o "pão d'água" seja vendido ao preço do "pão francês", quando este estiver em falta.

Ocorre que as autoridades confundem São Paulo e Rio de Janeiro com Curitiba.

Caberia à SUNAB, mais um organismo criado para gerar

empregos, fiscalizar o cumprimento das normas emanadas do Ministério da Fazenda e do Conselho Interministerial de Preços. Todavia, qualquer cidadão ou dona de casa domiciliado em Curitiba, poderá atestar que mais de 70 por cento das panificadoras desta Capital não colocam à venda o "pão francês" e continuam cobrando 40 centavos pelo "pão d'água", produto que deveria ser vendido a 30 centavos, na falta do pão tido como tabelado.

Toda esta confusão, em prejuízo do consumidor do Paraná, vem de um simples detalhe: o pão consumido diariamente nos grandes centros, como Rio de Janeiro e São Paulo, é o "francês", sendo que naqueles Estados o nosso "pão d'água" é muito pouco conhecido.

Como o espírito do tabelamento é propiciar o pão de cada dia a todos os brasileiros e não somente àqueles que se alimentam com "pão francês", e não pode ter como objetivo permitir a burla que se verifica com a fabricação do "pão d'água", pois a massa de ambos, no meu entender, pode ser da mesma qualidade e o peso também, não se justifica o que ocorre no Paraná.

Para corroborar nossa afirmativa, basta que se verifique, em alguns supermercados conscienciosos de Curitiba, que o preço do "pão d'água" equivale ao preço tabelado para o "pão francês", ou seja, 30 centavos, até a data de ontem.

Só resta saber se o peso é igual ao tabelado e se também não está ocorrendo um fato "mutatis mutandis", como ocorre no Rio Grande do Sul, com o caso do adubo.

Baseados nesses argumentos, ainda solicitaremos desta tribuna a remessa de ofícios ao excelentíssimo, digníssimo e nobilíssimo Ministro da Fazenda, ao CIP, à SUNAB, para esclarecer, da mesma maneira que o "pão francês" é o mais comum no consumo de São Paulo, aqui no Paraná, e talvez em outros Estados, o "pão d'água" é o mais utilizado como alimento básico da população.

E essa é a razão pela qual esse ponto deverá ser elucidado na aplicação do tabelamento e afeto àqueles órgãos do Governo Federal.

Lamentavelmente, mais uma vez, como está acontecendo com o problema do leite que até hoje não foi solucionado, resta ainda esta indagação. Quando o Ministro Allyson Paulinelli anunciou prematuramente a alta do preço do leite em pó, as multinacionais tomaram lógica e natural do comerciante que tem disponibilidade financeira, adquiriram todo o produto do mercado, transformaram-no em leite em pó. Faltou o leite "in natura" e em consequência disso subiu o preço do queijo e de todos os derivados do leite. É o que está acontecendo com os derivados do trigo.

Lamentavelmente, inexplicavelmente, o governo que pode tudo, nada pode fazer para a economia popular.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Renato Bernardi, primeiro orador inscrito para o Grande Expediente.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Estamos recebendo um manifesto elaborado pelo Rotary Clube de São Pedro do Ivaí, dirigido ao Sr. Ministro da Agricultura, com cópia ao Sr. Secretário da Agricultura do Estado do Paraná.

São Pedro do Ivaí é uma cidade que polariza uma região eminentemente agrícola para que esta Casa tome conhecimento da preocupação que hoje está tomando conta das áreas produtoras de nosso Estado, principalmente a partir do instante em que os homens que dirigem a economia do País entenderam localizar, encontrar a causa da inflação galopante que assola nossa economia, coonestando na produção agrícola. Enquanto a inflação dos últimos 12 meses dá um montante acumulado de 47,8 por cento, esses homens concedem à área agrícola, para a safra 77-78, aumento dos preços mínimos que variam de 16 a

21 por cento.

Muito mais importante que as palavras deste Deputado parece ser a preocupação manifestada por esse colegiado representado pelo Rotary Clube de São Pedro do Ivaí, que passo a ler:

"São Pedro do Ivaí, 20 de julho de 1977.

CIRCULAR Nº 01/77

DO ROTARY CLUBE DE SÃO PEDRO DO IVAÍ

Prezados companheiros:

O Rotary Clube de São Pedro do Ivaí em sua reunião semanal do dia 15/07/77, considerando:

1 — Que mais de 60 por cento da população brasileira constituiu-se de agricultores ou pessoas que de uma forma ou de outra dependem do setor agrícola.

2 — Que a grave crise econômica que afeta o mundo, principalmente os países em desenvolvimento tem calçado sobre o esta parcela da população.

3 — Que apesar do apoio que nosso Governo tem emprestado ao agricultor brasileiro muito ainda resta a fazer, sob pena de termos que passar graves crises de alimentação por falta de produção, chegando à situação mais constrangedora de que a que temos passado de um País essencialmente agrícola ter que importar feijão.

4 — Que sendo o Rotary Clube um clube de serviços formado de pessoas selecionadas dentro do contexto social, não poderia deixar de emprestar sua contribuição à Nação, analisando e apresentando sugestões sem paixão política e sem outra razão que o sente como o sentimos nós agricultores que o vivemos a cada hora de cada dia. Que o sentimos a cada alta do petróleo que usamos, do maquinário que nos fazemos produzir, do adubo que nos viceja as lavouras e do inseticida que protege nossos lucros. Lucros que vemos minguar cada vez mais quando temos que vender nossos produtos ao sabor de um mercado que é controlado não sabemos por quem mas que cai de maneira vertical quando se aproximam os vencimentos de nossos compromissos bancários, subindo logo em seguida para locupletar a quem, mas que certamente não é ao agricultor que tem sua pele queimada não pelo sol das piscinas, mas sim pelo sol do dia a dia.

Beneficiando não sabemos a quem, mas que certamente não é ao agricultor que não toma banho de suor nas quadras de tênis e nem em campos de golfe, mas, no seu dia a dia, no cabo do arado, no banco do trator ou no pó das colhedoras.

5 — Que analisando as altas dos preços mínimos nos últimos dois anos, constatamos a discrepância entre as altas dos produtos que usamos, tais como adubo, defensivos, dos maquinários que se tornam a cada dia mais indispensáveis, e, dos altos custos da mão-de-obra, torna-se cada vez mais insustentável a situação do produtor agrícola, pois o que temos que comprar sobe até 80 por cento ao ano, e aos preços mínimos arrastam-se entre minguados 15 a 20 por cento de valorização. O que nos causa preocupação como brasileiros e que gerou polêmicas em nosso grupo, é que, persistindo a atual situação das coisas, é economicamente mais rentável vendermos nossas propriedades e aplicarmos o dinheiro em dólares, em qualquer instituição estrangeira ou, em letras de câmbio de qualquer instituição de crédito ou, até mesmo em caderneta de poupança, que nos renderia mais do que enfrentar o ardor de uma luta inglória.

Isto em âmbito nacional, representaria inegavelmente o caos para um país que tem mais de 70 por cento de suas divisas em exportação às custas de produtos agrícolas. Vemos diariamente, declarações de que o preço do soja, do algodão, do milho e do café, não estão em baixas pois, estão além dos preços mínimos fixados pelo governo. Lembraríamos que, ninguém planta para vender ao preço mínimo, mas sim, na esperança de que o preço vá realmente além do mínimo, pois o que hoje, como o preço, pode parecer realmente bom, já tem demonstrado pela experiência, que, na época da colheita não dá para comprar

sequer um maço de cigarros e 1 kg de café. Exaltamos pois, a esperança do lavrador brasileiro que, se contenta e se sustenta por ela, contemplando o verdor dos campos e as pilhas de sacarias, frutos do seu labor e do seu suor, mas que não raro são insuficientes para pagar o banco e o armazém.

6 — Considerando finalmente, que somente um estudo sincero e honesto, feito por quem vive no campo pode dar ao Governo a extensão exata do problema que as pilhas de estatísticas escondem, um estudo feito "in loco" — já dissemos antes — sem paixão política e sem os subterfúgios técnicos dos problemas estatísticos que não nos dão camisa e nem nos matam a fome. Por estes considerandos acima, resolvemos:

I — Endereçar às Suas Excelências Secretário da Agricultura do Paraná, Sr. Paulo Carneiro Ribeiro e ao Ministro da Agricultura, Sua Excelência Allynson Paulinelli, o ofício anexo em que solicitamos preços mínimos para a agricultura mais condizente com a realidade econômica brasileira.

II — Realizamos um estudo do custo real da produção em nossa região, que também enviaremos às Suas Excelências Secretário da Agricultura do Paraná, e Ministro da Agricultura.

III — Lançamos um alerta aos órgãos governamentais, procurando fazê-los sentir que a esperança que tem acalentado os sonhos de nossos agricultores poderá um dia se desvanecer aos cutelões da realidade, quando ele observar que seus vizinhos que foram para as cidades e empregaram seu dinheiro da terra no comércio, na indústria ou em títulos de renda, apresentam-se em franca prosperidade, com conforto, assistência, instrução e estabilidade. Então ele olhará em volta e verá seus filhos de mãos calejadas, sem instrução, apenas com a pouca assistência que é ligada ao nosso rurícola. Então se ouvirão por todos os cantos, o barulho de enxadas ao serem jogadas de lado e um clamor se levantará por todo este "Gigante pela própria Natureza". Aí será tarde para qualquer medida conciliatória, pois só restará o bom senso para ser cassado.

IV — Solicitamos a todos os companheiros dos Rotary Clube, que divulguem estes nossos ofícios e as intenções sinceras que temos como brasileiros, em servir a nossa Pátria, e, como Rotarianos, em ajudar a nossa comunidade. Não pretendemos com isso sermos políticos e nem mudarmos a estrutura econômica de uma Nação. Mas, achamos que, se com isso conseguimos que cada um dos companheiros olhe em volta de si e reflita um pouco teremos conseguido plantar uma semente que crescerá e se frutificará em prol do engrandecimento do nosso Brasil."

Segue, Sr. Presidente, Srs. Deputados, anexo a isso, o ofício enviado, então, ao Sr. Secretário da Agricultura e ao Sr. Ministro da Agricultura. Anexo a esses ofícios, tanto ao Secretário da Agricultura, como ao Ministro, um levantamento feito pelos homens de São Pedro do Ivaí calculando uma estimativa do custo de produção para esta safra 1977-1978.

(Lê): "ESTIMATIVA DO CUSTO DE PRODUÇÃO"

ÁREA CONSIDERADA PARA ESTUDO: 30 alqueires paulistas.

Produção estimada: 100 sacas de 60 kg por alqueire paulista.

I — PREPARO DA TERRA:

1 — Aração: 60 l de óleo diesel p/alqueire.

2 — Gradeações (mínimo duas vezes): gasto médio de combustível p/alqueire p/gradeação: 45 litros de óleo diesel. Total gasto p/30 alqueires Cr\$ 50.940,00

II — PLANTAÇÃO E ADUBAÇÃO:

1 — Gasto médio de 3,5 sacas de sementes p/alqueire. Preço médio corrente de Cr\$ 400,00 a saca.

..... Cr\$ 42.000,00

2 — Adubação média aconselhada na região de 500 kg/alqueire, a Cr\$ 3,90 o kg.

..... Cr\$ 58.000,00

3 — Semeadura: gasto médio de combustível: 15 litros de óleo diesel p/alqueire. Cr\$ 1.485,00

III — MÃO-DE-OBRA:

1 — Operadores de máquinas mais encargos sociais (considerado a disposição durante os seis meses, isto é, do preparo da terra à colheita), Cr\$ 2.400,00 ao mês.

..... Cr\$ 14.400,00

2 — Carpa da lavoura e conservação de carregadores (gasto médio de 29 dias de serviço por alqueire a Cr\$ 60,00 ao dia). Cr\$ 52.200,00

IV — INSETICIDAS E DEFENSIVOS:

1 — Combate aos insetos menos resistentes (lagartas e besouros): inseticidas em pó, gasto médio por alqueire, de 8 sacas de 25 kg, a Cr\$ 120,00 a saca (2 aplicações) - 8 sacas. Cr\$ 28.800,00

2 — Combate aos insetos mais resistentes (percevejos) inseticidas sistêmicos líquidos tipo LVC: gasto médio de 14 litros p/alqueire, ao preço de Cr\$ 34,00 o litro.

..... Cr\$ 14.280,00

V — COLHEITA:

Gasto médio de Cr\$ 10,00 a saca, incluído lubrificação, combustível e mão-de-obra (produção estimada na área em estudo de 100 sacas por alqueire).

..... Cr\$ 30.000,00

VI — TRANSPORTE:

Preço médio do transporte da lavoura à cooperativa mais próxima, Cr\$ 167,00 a tonelada.

..... Cr\$ 30.060,00

VII — GASTOS GERAIS:

1 — Impostos no semestre considerado . Cr\$ 800,00

2 — Peças e consertos Cr\$ 8.000,00

3 — Gasto de combustível, não incluído no item IV (para aplicação de inseticidas) Cr\$ 330,00

SUB-TOTAL

A TRANSPORTAR Cr\$ 289.022,00

Produção estimada — bruta — 3.000 sacas.

Despesa de administração: 10 por cento — 300 sacas.

Imposto devido ao FUNRURAL: 2,5 por cento — 75 sacas.

Produção líquida — 2.625 sacas.

Custo da produção Cr\$ 306.831,00 ou seja Cr\$ 116,88 a saca.

Lucro mínimo do produtor: 20 por cento Cr\$ 23,37

Preço mínimo estimado por saca de 60 kg Cr\$ 140,25.

A parte desta estimativa de custo de produção, anexo ao manifesto mandado ao Ministério da Agricultura e Secretaria da Agricultura, o Rotary Clube de São Pedro do Ivaí, ainda anexa uma opção de investimento.

(Lê): "Capital disponível ou mobilizável a curto ou a médio prazo — Cr\$ 1.800.000,00.

1ª Opção: Letra de Câmbio: 18 por cento em seis meses - lucro Cr\$ 324.000,00.

2ª Opção: Caderneta de Poupança: 23 por cento em seis meses — lucro Cr\$ 414.000,00.

3ª Opção: Plantação de 30 alqueires de soja:

1 — Aquisição da terra a Cr\$ 50.000,00 o alqueire - Cr\$ 1.500.000,00.

2 — Aquisição do maquinário (trator, grade, arado, semeadeira, pulverizador, carreta), preço atualizado - Cr\$ 192.000,00.

3 — Construção de benfeitorias indispensáveis (preço estimado) Cr\$ 108.000,00.

Capital empregado — Cr\$ 1.800.000,00.

4 — Produção estimada (líquida) de 2625 sacas com o lucro estimado ao preço mínimo (lucro de Cr\$ 23,37 por saca de 60 kg) — Cr\$ 61.346,25."

Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu não entro estritamente no mérito desta estimativa feita por proprietários rurais da região de São Pedro do Ivaí. Faltam-me inclusive, os instrumentos técnicos para, exatamente, em tão curto espaço de tempo ter a condição mínima de checar os dados aqui oferecidos à consideração dos técnicos do Ministério da Agricultura e da Secretaria

ria de Agricultura. Entretanto, uma verdade é líquida e cristalina. Alguns pontos que neste manifesto esses lavradores têm apontado, falando dos inseticidas que protegem os nossos lucros, lucros que vemos minguar cada vez mais quando temos que vender nossos produtos ao sabor de um mercado que é controlado não sabemos por quem, mas que misteriosamente cai de maneira vertical quando aproximam-se os vencimentos de nossos compromissos bancários, subindo logo em seguida para locupletar não sabemos a quem, mas que certamente não é o agricultor que tem sua pele queimada, não pelo sol das piscinas, mas sim pelo sol do dia a dia.

O Sr. Valter Pietrângelo — V. Exa. me permite um aparte? (Assentimento).

Preliminarmente Deputado Renato Bernardi, nós não poderíamos duvidar das afirmativas que propõe aí a comunidade de São Pedro do Ivaí.

A realidade é que, numa passagem muito ligeira pela cidade de Maringá, o Sr. Ministro da Agricultura Alysson Paulinelli declarou, enquanto aplaudia os agricultores do Paraná, que em 1974 o Brasil produziu em torno de trinta e dois milhões de toneladas digamos, de cereais. E que em 1977, o Ministério da Agricultura previa uma safra em torno de cinquenta e três milhões de toneladas, digamos. Em apenas três anos, do denêdo dos agricultores do Brasil já ía esta Pátria a quase que 100 por cento na sua produção de cereais.

E reside exatamente na exportação dos nossos produtos agrícolas, a riqueza do Brasil. Nas andanças que nós fizemos recentemente, das quais participei junto com o nobre Deputado que está na tribuna, nós pudemos ouvir o lamento dos nossos agricultores. Alguns, evidentemente, traduzindo o pensamento de tantos outros milhares a declararem que se venderem, se o preço da soja fosse 170 cruzeiros, ela ainda daria prejuízos, por uma série de circunstâncias.

Outros a informar que se houver qualquer implicação climática, terão que transferir as suas terras cafeeiras para o Governo. O lavrador não quis o Banco do Brasil ou qualquer outro, ele quis transferir ao governo, porque é exatamente o governo quem estabelece a política monetária do País.

Jamais, Sr. Deputado, houve na agricultura brasileira, tanta incerteza, tanto sofrimento e por isso mesmo, tanta revolta. O lavrador a contemplar em cima de um palanque, o titular da Pasta da Agricultura deste País, a aplaudí-lo por este esforço extraordinário, a quase duplicar, a produção da sua Pátria, em três anos.

E se sentindo à cada dia mais pobre, mais miserável, mais abandonado pelo sistema governamental, por outro lado já se prevê, que o Brasil chegará ao fim do ano 77 quase atingindo 35 bilhões de dólares, de dívidas no exterior. Caminhando realmente, para aquilo que disse o Senador Saturnino Braga do MDB há dois anos: se não se mudasse com urgência as fórmulas administrativas desta Pátria, ela viria a caminhar inevitavelmente, para a insolvência.

País endividado de forma inconcebível, população desgraçadamente pobre e a Pátria a produzir espetacularmente, bem mais, a cada ano. Só se antevê, Sr. Deputado, uma saída, é a mudança radical da estrutura governamental. Por isto, compreendendo e tendo certeza, Sr. Deputado, principalmente, das agruras, por que passa o agricultor brasileiro, é que resta a este parlamentar, apenas uma opção, realmente, a conscientização da nossa gente; a luta aberta até quando permitirem para a modificação radical no sistema governamental. É necessário que se busque novas fórmulas, que se abra o diálogo com o povo, que se use a voz e o calor popular para que a inteligência dos políticos, dos administradores competentes desta Pátria possam assumir os destinos administrativos do País e nos dar outra filosofia político-administrativa porque só recuperando o Brasil economicamente, é que nós poderemos colocar um paradeiro nos problemas sociais que a Nação passa a suportar e que ten-

derão a se agravar.

É preciso efetuar muitas cassações, mas cassar mesmo esta situação administrativa incompetente, que de forma insofismável este Governo jamais poderá provar o contrário. O SR. RENATO BERNARDI — Agradeço o aparte de V. Exa.

que vem retratar, inclusive com o seu testemunho de quem percorreu neste recesso, vastíssima área do Paraná, a preocupação daqueles produtores.

Mas, Deputado Valter Pietrângelo, consideramos seriamente importante esta manifestação de produtores rurais daquela região, sem dúvida alguma uma das mais férteis de nosso Estado.

Observamos que em determinado ponto do manifesto, os subscritores aventam a possibilidade de atender ao "canto da sereia" da organização, de abandonar suas propriedades agrícolas, vender suas empresas agrícolas e tentar, nos centros urbanos, um novo tipo de atividade que eles entendam mais compensador, que eles entendam mais rentável e mais lucrativo.

Antes deste Deputado, esteve na tribuna o Deputado Fidelcino Tolentino abordando um dos temas que mais angustia a população urbana, que é a alta exagerada de determinados produtos básicos do dia a dia. É o problema da falta do leite, é o problema do custo do pão, é o problema do custo daqueles produtos básicos de subsistência.

E este País, que tem uma vocação eminentemente agrícola, mas que tem uma população que vem necessariamente para os grandes centros urbanos, não pode, de forma alguma, não pode, em hipótese alguma, abandonar seu setor primário de produção porque aí é que está a alavanca, a base, a sustentação de toda e qualquer recuperação econômica para este País.

Entretanto, Sr. Presidente, quando sentimos um total divórcio entre a palavra dos técnicos que assessoram os Ministérios especializados deste País, quando sentimos um total divórcio entre a palavra oficial e os anseios e os desejos dos homens que produzem, mais uma vez se constata que estamos num verdadeiro e total impasse. Este impasse que é econômico, este impasse que é político, este impasse que é social, só tem, Sr. Presidente, uma solução, que é a solução política.

Por mais que o Sr. Ministro da Agricultura ande pelos lavradores do Paraná a exaltar que este País, de 32 milhões de toneladas de grãos passou a 50 milhões, ele, no entanto, não sente, não vê e não quer ver o drama dos cafeicultores do Paraná que hoje estão vendendo o seu café numa escassíssima safra apenas de catação, estão vendendo seu café a 25 e a 26 cruzeiros o quilo. Este mesmo café que o Governo está comprando de seus concorrentes no mercado exterior, acerca de 60 cruzeiros o quilo.

E aí fica então a proposta de um cafeicultor: por que este governo não fica com o café, com a obrigação dos tratos culturais e deixa ao agricultor apenas o confisco cambial?

Porque, quando é para arrecadar, quando é para tirar, quando é para apelo ao "aperto geral do cinto", os tecnocratas que infelicitam este País sabem muito bem a quem se dirigir.

E é claro que o lavrador poderia esperar os meses de janeiro e fevereiro quando, evidentemente, as condições do mercado internacional estarão favoráveis ao mercado de comercialização do café.

Mas, pergunto aos Srs. Deputados: qual o lavrador de 50, 60, 80 sacas de café, tem, hoje, condições de sustentar essa produção com preço de garantia a mil cruzeiros, em sua tulha, até o mês de janeiro, ou fevereiro?

É evidente que essa política é feita apenas a favor dos grandes para esmagar e para violentar os pequenos produtores.

Não há mais saída, Sr. Deputado. O impasse aí está. Quando o Ministro da Agricultura manda o lavrador vender o seu produto porque o preço vai cair, o lavrador que se cuida porque o produto vai subir, certamente, no mercado internacional, vai subir no mercado interno.

A coisa não tem saída!

Defenderam tanto o binômio desenvolvimento-segurança, mas, furado o primeiro fato desse binômio, não se vê segurança e, hoje, o pai de família não sabe mais qual será o dia de amanhã.

E num binômio, furado um fator, não mais existe o outro, é balela, o outro é apenas palavra para iludir.

Mas, quando todos os elementos da sociedade começam a se levantar e pedir um paradeiro, é hora então, Srs. Deputados, de todos os homens de bem deste País formarem ao lado do Movimento Democrático Brasileiro, pedindo a única saída que existe para uma nação inteira, pedindo a única saída que existe no momento em que um governo insensível se divorcia, nas suas atitudes, dos anseios de uma nação, só existe a saída na convocação geral de eleições livres e diretas, para que aqueles mandatários, com mandatos originários das urnas e da manifestação livre de um povo, possam elaborar a Lei Maior deste País, e possam dar a esta geração uma verdadeira Constituição que represente não os desejos de uma minoria, mas que represente, efetivamente, os sentimentos da nação brasileira.

Para mim, este Manifesto de São Pedro do Ivaí, ao lado das manifestações dos estudantes, ao lado da manifestação da Ordem dos Advogados do Brasil, ao lado da angústia porque passam os nossos trabalhadores, é apenas uma prova evidente que estamos no "funil de estrangulamento" e só existe uma saída e que é uma Constituição livre, através de eleições gerais, secretas e verdadeiramente livres.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Consulto a Liderança do MDB se deseja usar do tempo que lhe é concedido regimentalmente?

O SR. ENÉAS FARIA — (Pela ordem). O Sr. Deputado Deni Schwartz falará no tempo destinado ao MDB.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Acabo de retornar do Sudoeste do Paraná, e de tomar conhecimento de fatos ocorridos durante a visita do Sr. Governador Jayme Canet Júnior à minha cidade — Francisco Beltrão — quando lá se instalou o Governo do Estado, com o fim de descentralizar a administração.

Tal iniciativa, que se não é pioneira é justificável, o seria muito mais se ativesse às lides administrativas, e, não fosse usada para fazer, com o dinheiro do povo, política partidária.

Infelizmente, creio não pelo Sr. Governador mas pela horda de bajuladores que infestam este Estado, este tipo de ação governamental está se tornando inócua.

Sr. Presidente, em Francisco Beltrão, hoje, um hotel reclama um prejuízo moral e econômico. O moral, maior do que o econômico. Econômico, na ordem de 25 mil cruzeiros; o moral, irreparável diga-se de passagem, por ter visto o seu nome, divulgado na imprensa da Capital, como um hotel que teria se aproveitado da presença do Sr. Governador naquela cidade.

A bem da verdade e para que não parem dúvidas, é bom que se diga que o Governo do Estado e os seus assessores foram a Francisco Beltrão, acertaram determinado preço no hotel onde deveria se hospedar o Sr. Governador, acertaram os detalhes; tudo muito bem. Apenas que, pela fúria bajulatória dos elementos que quiseram agradar mais, esse hotel foi instado a levar desde frutas até uísque, como uma recomendação: "uísque estrangeiro", aos quartos dos assessores do Sr. Governador. Na hora de acertar a conta — a conta não foi paga na íntegra, mas apenas no que havia sido tratado.

A fúria bajulatória daqueles que queriam agradar mais, fez com que aquele hotel tivesse um prejuízo de 25 mil cruzeiros. O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — V. Exa. permite um aparte?

(Assentimento).

Nobre Deputado Deni Schwartz, eu tive a oportunidade de estar presente em Francisco Beltrão, na ocasião em que o Governador Jayme Canet Júnior instalou o Governo...

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias).

(Faz soar os tímpanos).

Eu queria chamar a atenção do Serviço de Som, da Casa, para que verificasse a falta de som no microfone do Deputado Luiz Alberto de Oliveira.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Obrigado, Sr. Presidente, a providência do Serviço de Som foi imediata.

Como eu dizia, estive presente, participei de diversas reuniões administrativas que Sua Excelência o Sr. Governador Jayme Canet Júnior manteve com Prefeitos que tenho a honra de representar nesta Casa junto ao Governo do Estado, e percebi, na instalação do Governo e nos atos oficiais, um clima de austeridade e, não, uma clima de desperdício.

Não conheço e não sei porque V. Exa. está pretendendo transformar um despacho de ordem administrativa que S. Exa. o Sr. Governador Jayme Canet foi fazer na região que temos a honra de representar, nesta Casa, num problema de hotel que, inclusive, deve ter passado, totalmente, despercebido de S. Exa.

Não vejo, dentro das obras levadas pelo Governo do Estado àquela região, obras que V. Exa. é testemunha, não preciso citar, nesta Casa, as centenas e centenas de quilômetros asfaltados que o Governador Jayme Canet Júnior liberou em Francisco Beltrão. Num edital, somente, 575 km de estradas asfaltadas. Num edital de concorrência recorde da história administrativa do Estado do Paraná e, quiçá, do Brasil.

Não vejo, portanto, nenhum fundamento para que V. Exa. transforme um despacho administrativo que teve real proveito para a região sudoeste do Paraná, num caso, simplesmente, de discussão de conta de hotel.

Mas, se V. Exa. entender que a melhor forma de combater a visita do Governo Jayme Canet Júnior à região de Francisco Beltrão, é argumentar dessa forma, V. Exa. deveria, no meu entendimento, citar os elementos que tiveram no seu palvreado, a fúria bajulatória.

O SR. DENI SCHWARTZ — Nobre Deputado Luiz Alberto Oliveira.

Creio que não tenha ouvido o início do meu pronunciamento. Não estou, aqui, a incriminar o Sr. Governador por não ter pago a conta. Disse, que os assessores foram, acertaram e, o que acertaram, pagaram. Estou alertando o Governo do Estado e não estou criticando as suas viagens ao interior, a sua ida ao interior; estou alertando o Governo do Estado para aqueles que, quando lá chegando, arroteiam S. Exa. e, na fúria bajulatória, criam despesas que as miseráveis das Prefeituras vão pagar e, se não é importante vinte e cinco mil cruzeiros, face às obras prometidas, o é para aquele hoteleiro que, por sinal, é homem da ARENA, também é muito importante para este País, a gasolina que foi gasta por empreiteiros e por bajuladores, para trazer todos os Secretários de Estado, de avião. E, os três ônibus fretados pelo Governo, vieram, totalmente, vazios.

Será que aquela gasolina, tão demagogicamente dita economizada quando daqui saíram os Srs. Secretários, fotografados, e filmados para a televisão, como sendo uma grande economia, será que aqueles aviões que de lá voltaram, que foram buscar os Srs. Secretários, pois praticamente, nenhum deles retornou nos tais ônibus, não é importante?

Nós queremos, Srs. Deputados...

O Sr. Nilsu Sguarezi — V. Exa. me permite um aparte? (Assentimento)

Acho que uma coisa é importante nessa ida do Sr. Governador ao Sudoeste: — Vejam os Srs., coincidência ou não, um grande detalhe — é sabido de que o Sr. Governador se desloca para o interior para facilitar a assinatura dos Convênios com as

Prefeituras. Mas no Sudoeste aconteceu uma coincidência assaz curiosa. Todas as Prefeituras do MDB, não sei porque "cargas d'água" esqueceram os convênios em Curitiba.

O SR. DENI SCHWARTZ — E não acharam até hoje?

O Sr. Nilso Sguarezi — E à medida que os Prefeitos do MDB têm vindo a Curitiba procurar os tais convênios são discretamente, nas Secretarias, instados pelos Assessores a procurarem os Deputados da ARENA para que encontrem os tais convênios. Um outro detalhe, Sr. Deputado. Que a visita do Governador ficou conhecida na região e politicamente me perdoe o nobre Deputado Luiz Alberto Oliveira, que há de concordar comigo, mas a grande notícia da ida do Governador a Francisco Beltrão foi que ficou acertada a dobradinha do eminente Presidente da Casa, Deputado Ivo Thomazoni que concorrerá para Deputado Federal e um político de Francisco Beltrão, Dr. Túlio Zanchetti. Foi a notícia concreta que se soube da visita do Governador.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — V. Exa. me permite um aparte, Deputado Deni Schwartz? (Assentimento).

Realmente uma das notícias alvareiras que a ARENA recebeu, foi o lançamento da candidatura do empresário de Francisco Beltrão, Dr. Túlio Zanchetti, ex-Prefeito de um município do Rio Grande do Sul, e que demonstra que a ARENA é um partido aberto, estando à disposição dos pretendentes a candidato a Deputado Estadual. Eu vejo na candidatura do futuro Deputado, espero futuro Deputado Túlio Zanchetti, uma das boas notícias políticas para o Sudoeste, porque realmente é um homem de bem, é um homem que tem passado, que tem conduta moral irreprovável e que deverá fazer uma excelente votação.

Acredito portanto, que a notícia do lançamento do Dr. Túlio Zanchetti realmente é uma notícia exemplar para o Sudoeste do Estado do Paraná. Como também temos conhecimento de que o MDB da região já se lança a outras candidaturas a Deputado Estadual.

O Sr. Nilso Sguarezi — V. Exa. me permite um aparte? (Assentimento).

Apenas para responder ao Deputado Luiz Alberto Oliveira e para que não fique nesta Casa parecendo que a minha manifestação tenha sido contrária à candidatura do Dr. Túlio Zanchetti. Não, porque profundos laços de amizade me unem àquele ilustre beltranense e porque sei de que ela foi conquistada graças ao trabalho que aquele homem tem feito dentro da ARENA. E em outro aspecto eu quero reafirmar de que o MDB da região Sudoeste também é um Partido aberto. As candidaturas realmente estão aparecendo e a grande pergunta é apenas a seguinte, na região: — Quem será o candidato que irá substituir o ilustre Secretário da Saúde, Dr. Arnaldo Busato, que pelo que se informa concorrerá ao Senado.

Então, a região precisa se recuperar desta lacuna, do preenchimento desta lacuna, por sinal o Deputado Federal mais votado. É a única talvez, notícia que pode dar a região Sudoeste.

O Sr. Valter Pietrângelo — V. Exa. me permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Deni Schwartz, realmente os deslocamentos do Governo para o interior precisam ser analisados pela bancada do MDB.

Veja que a visita do Governador à cidade de Umuarama teve uma característica muito interessante. Numa das reuniões, mais precisamente a última reunião que os municípios que integram aquela micro-região polarizada e que em Umuarama foi realizada, antes da visita do Governador, o Prefeito João Cioni Neto de Umuarama, que inclusive foi nosso colega aqui por dois anos, presidindo esta reunião daqueles municípios solicitou dos Prefeitos, publicamente na reunião, que por pedido da Casa Civil do Sr. Governador do Paraná, era para cada um dos Srs. Prefeitos comprar espaço na imprensa, no rádio, na televisão e nos jornais para fazerem saudações ao Governador do Paraná

para que a visita de S. Exa. em Umuarama tivesse uma ressonância realmente espetacular. Veja a que ponto, Sr. Deputado, estamos chegando em nosso Estado.

O Sr. Governador chegar a permitir, a admitir, que numa reunião de caráter administrativo, de associação de municípios, o Presidente de uma entidade, atualmente da região de Umuarama, o Sr. Prefeito daquele município, solicitasse dos Srs. Prefeitos que fossem à imprensa louvar S. Exa. e a tabela de preços de nossos órgãos de imprensa atualmente, não é brincadeira. Mas, Srs. Deputados, se por um lapso nós não poderíamos esperar atitude diferente, de um Governador insensível e arbitrário, nós não poderíamos esperar outra iniciativa do Prefeito Cioni Neto, que no palanque perante uma multidão reunida, chegou a declarar: — Aqui está o Sr. Governador Jayme Canet, o Governador mais bom, mais bacana que o Paraná já teve.

Muito obrigado.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, já fui alertado por V. Exa. ...

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — V. Exa. no final, permitame apenas mais um aparte, nobre Deputado Deni Schwartz, não propriamente, para responder a V. Exa., mas apenas para dizer ao nobre Deputado Nilso Sguarezi, que se espera que o Sudoeste, que na ARENA está tendo uma projeção muito grande, também no MDB aconteça a mesma coisa. Nós temos em termos regionais, a satisfação de ver um homem daquela região, na Presidência do Partido. E sabemos também que um dos prováveis ocupantes de uma das sublegendas, é o Deputado Sebastião Rodrigues, e também estamos aguardando ansiosamente, que o MDB se pronuncie a respeito de um Deputado Federal na região.

Era o aparte.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente.

Para encerrar e resumir: Vimos à tribuna, para proceder um alerta, pois acredito que o Sr. Governador não tenha conhecimento. Um alerta do custo fabuloso destas viagens, não pela vontade, é lógico, do Sr. Governador, mas por muitos assessores, e principalmente, repito, pela máfia bajulatória que infesta o interior deste Estado.

Sr. Presidente, não há necessidade de Prefeitos gastarem dinheiro na televisão, nos jornais e nas rádios, para saudarem quem está lá apenas, para cumprir com o seu dever. Além do mais, é altamente questionável, se alegar, de que as idas do Sr. Governador ao interior, são para evitar a vinda dos Prefeitos à Capital, porque na minha região, na base de diárias de 600 cruzeiros portanto, superior às diárias que os Srs. Secretários de Estado e talvez o próprio Governador receba, os Prefeitos estão sendo muitos deles, acusados de não saírem da Capital. E eu sei, pois Prefeito já fui, da necessidade deles virem à Capital. Mas, se esta necessidade persiste, é porque as viagens do Sr. Governador são meramente homologatórias daqueles assuntos que são tratados na Capital. Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Consulto a Liderança da ARENA, se quer usar do horário que lhe é reservado.

O SR. DÁCIO LEONEL — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 52 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Emenda à Constituição Estadual, de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, devidamente apoiada, constante do expediente. — Recebida. — Será publicada no Diário da Assembléia e em Avulso para conhecimento dos Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados: (Lê): 3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 88/77, de autoria do

Deputado EZEQUIAS LOSSO, que concede o título de "CIDADÃO BENEMÉRITO DO PARANÁ" ao ex-Deputado Estadual ALDO LAVAL. (anexo projeto de Lei 195/74, de autoria do ex-Deputado Igo Ivant Losso). Com Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 73/77, de autoria do Deputado QUIELSE CRISÓSTOMO, que declara de utilidade pública a "AÇÃO SOCIAL SÃO PEDRO", com sede e foro nesta Capital. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— APROVADO.

O SR. PRESIDENTE (**Jurandir Messias**) — Sobre a mesa, expediente, firmado pelo Sr. Deputado Trajano Bastos, Líder do MDB, constante do expediente, indicando os nomes dos Srs. Deputados Enéas Faria e Fidelcino Tolentino, para comporem a Comissão Especial de Emenda à Constituição, no que tange a idade do Governador do Estado, de 35 para 30 anos.— "Ao Departamento Legislativo — Divisão das Comissões, para anotar".

Expediente firmado pelo Sr. Deputado Trajano Bastos, Líder do MDB, constante do expediente, indicando os nomes dos Srs. Deputados Muggiati Filho e Deni Schwartz, para comporem a Comissão Especial de Emenda à Constituição, que tange condições e elegibilidade a Prefeito Municipal.— "Ao Departamento Legislativo — Divisão das Comissões, para anotar".

Expediente firmado pelo Sr. Deputado Trajano Bastos, Líder do MDB, constante do expediente, indicando os nomes dos Srs. Deputados Nilso Sguarezi e Waldenício Barbalho, para comporem a Comissão de Emenda à Constituição Estadual, que tange ao Tribunal de Contas do Estado.— "Ao Departamento Legislativo — Divisão das Comissões, para anotar".

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Jacob Alegretti, ocorrido em Maringá.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Arthur Reinert dos Santos.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei 66/77.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, com o apoio dos Srs. Deputados Adalberto Daros e Accioly Neto, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Bruno João da Silva.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Alfredo Gomes, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela eleição, no dia 15 de julho p.p., em Brasília, do jornalista Ayrton Luiz Baptista, à Presidência da Federação Nacional

dos Jornalistas.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Gnoatto, constante do expediente, solicitando seja designada uma Comissão composta de dois Srs. Deputados, indicados pelas Lideranças da ARENA e MDB, para representar o Paraná na posse do Major Brigadeiro Délio Jardim de Matos, como Ministro do Superior Tribunal Militar, em Brasília.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, objetivando seja criada uma Inspectoria Auxiliar de Ensino, na sede do Município de Céu Azul.— APROVADO.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 03, terça-feira, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei números 150/72, 66/76 e 119/76; marcando ainda, uma sessão extraordinária, para amanhã, dia 03, terça-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição número 390/77.

Levanta-se a sessão.

PORTARIA NÚMERO 575/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7218, de 28 de julho de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

conceder ao funcionário SALOMÃO DE SOUZA ANDRADE, matrícula número 405, ocupante do cargo de nível PL"18", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1977, a partir de 01 de agosto de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 01 de agosto de 1977.

PORTARIA NÚMERO 576/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7414, de 02 de agosto de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

designar os funcionários do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, ERVÉBEN GUIMARÃES PLAISANT, matrícula número 025, ALFREDO PRESTA, matrícula número 057 e ANTÔNIO JOÃO GREBER, matrícula número 291, para, sob a presidência do primeiro, apurar os fatos referentes a um veículo desta casa, em Jandaia do Sul, conforme solicitação do Exmo. Sr. 1o. Secretário deste Poder.

Gabinete da Diretoria Geral, em 02 de agosto de 1977.

FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral